

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.669.752	1.441.799
1.01	Ativo Circulante	290.967	481.314
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.250	268.131
1.01.01.01	Caixa e Bancos	46.250	268.131
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.001	9.663
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.001	9.663
1.01.07	Despesas Antecipadas	1	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	238.715	203.520
1.01.08.03	Outros	238.715	203.520
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre o capital proprio a receber	148.097	203.327
1.01.08.03.02	Outros creditos	538	193
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	90.080	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.378.785	960.485
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	59.092	214.926
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	59.092	214.926
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	59.092	214.926
1.02.02	Investimentos	1.289.298	718.064
1.02.02.01	Participações Societárias	1.289.298	718.064
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.289.298	718.064
1.02.03	Imobilizado	17.415	12.953
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17.415	12.953
1.02.04	Intangível	12.980	14.542
1.02.04.01	Intangíveis	12.980	14.542

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.669.752	1.441.799
2.01	Passivo Circulante	273.731	335.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.827	5.776
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.827	5.776
2.01.02	Fornecedores	1.716	3.200
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.716	3.200
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.069	824
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.069	824
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	1.069	824
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	252.830	191.589
2.01.04.02	Debêntures	252.830	191.589
2.01.05	Outras Obrigações	9.911	134.523
2.01.05.02	Outros	9.911	134.523
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.696	132.638
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.215	1.885
2.01.06	Provisões	378	0
2.01.06.02	Outras Provisões	378	0
2.01.06.02.04	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	378	0
2.02	Passivo Não Circulante	108.197	248.546
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	107.902	248.539
2.02.01.02	Debêntures	107.902	248.539
2.02.02	Outras Obrigações	289	7
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	289	7
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	289	7
2.02.03	Tributos Diferidos	6	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.287.824	857.341
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	391.283
2.03.02	Reservas de Capital	336	111
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	336	111
2.03.04	Reservas de Lucros	275.142	465.947
2.03.04.01	Reserva Legal	34.891	34.892
2.03.04.10	Reservas de dividendos	240.251	431.055
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	315.631	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	26.611	81.997	27.924	78.003
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-16.397	-45.536	-12.703	-38.034
3.03	Resultado Bruto	10.214	36.461	15.221	39.969
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	118.328	319.999	90.999	255.484
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.194	-3.580	-1.134	-3.408
3.04.02.01	Amortização de ágio de investimentos	-1.194	-3.580	-1.134	-3.408
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1	-6	-4
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	119.522	323.580	92.139	258.896
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	128.542	356.460	106.220	295.453
3.06	Resultado Financeiro	-6.220	-16.045	-5.049	-23.169
3.06.01	Receitas Financeiras	3.972	22.399	13.285	36.875
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.192	-38.444	-18.334	-60.044
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	122.322	340.415	101.171	272.284
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.107	-6.091	-3.247	-5.508
3.08.01	Corrente	-1.107	-6.085	-2.481	-3.766
3.08.02	Diferido	0	-6	-766	-1.742
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	121.215	334.324	97.924	266.776
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	121.215	334.324	97.924	266.776
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,22204	0,61241	0,25026	0,68180

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	121.215	334.324	97.924	266.776
4.03	Resultado Abrangente do Período	121.215	334.324	97.924	266.776

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.935	17.935
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	50.080	59.888
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	340.415	272.284
6.01.01.02	Depreciação e amortização	5.019	3.971
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	3.580	3.408
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	35.646	59.584
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial	-323.580	-258.896
6.01.01.08	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	893	382
6.01.01.12	Juros sobre contratos de mútuo	-11.905	-20.845
6.01.01.13	Prêmio de Opções	12	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.145	-41.953
6.01.02.02	Impostos a recuperar	3.662	-843
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1	0
6.01.02.04	Outros créditos	-347	-255
6.01.02.05	Fornecedores	-1.484	-627
6.01.02.06	Obrigações sociais	2.051	2.399
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	245	-1.682
6.01.02.08	Outras contas a pagar	-670	-104
6.01.02.11	Juros pagos	-22.894	-38.372
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.707	-2.469
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	178.773	109.845
6.02.01	Dividendos recebidos	109.642	125.403
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-8.812	-10.272
6.02.03	Empresas relacionadas	282	-5.286
6.02.05	Empresas relacionadas - Mutuo	77.661	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-425.589	-100.022
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-92.150	-92.150
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-333.439	-7.872
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-221.881	27.758
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	268.131	183.812
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	46.250	211.570

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	225	-190.805	-18.693	0	96.159
5.04.06	Dividendos	0	0	-190.805	0	0	-190.805
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.693	0	-18.693
5.04.08	Plano de Opção com Base em Ações	0	225	0	0	0	225
5.04.09	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	334.324	0	334.324
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	334.324	0	334.324
5.07	Saldos Finais	696.715	336	275.142	315.631	0	1.287.824

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-18.298	0	-18.298
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.298	0	-18.298
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	266.776	0	266.776
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	266.776	0	266.776
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	248.478	0	827.989

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	92.769	89.530
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	92.769	89.530
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.515	-13.057
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.936	-9.649
7.02.04	Outros	-3.579	-3.408
7.03	Valor Adicionado Bruto	78.254	76.473
7.04	Retenções	-5.019	-3.971
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.019	-3.971
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	73.235	72.502
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	345.979	295.771
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	323.580	258.896
7.06.02	Receitas Financeiras	22.399	36.875
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	419.214	368.273
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	419.214	368.273
7.08.01	Pessoal	29.583	24.418
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.755	21.252
7.08.01.02	Benefícios	2.622	2.060
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.206	1.106
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.863	17.035
7.08.02.01	Federais	15.008	15.346
7.08.02.03	Municipais	1.855	1.689
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.444	60.044
7.08.03.01	Juros	28.819	50.843
7.08.03.03	Outras	9.625	9.201
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	334.324	266.776
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.693	18.298
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	315.631	248.478

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	3.077.775	2.749.071
1.01	Ativo Circulante	397.010	567.177
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	191.238	431.943
1.01.01.01	Caixa e Bancos	191.238	431.943
1.01.03	Contas a Receber	86.905	66.325
1.01.03.01	Clientes	86.905	66.325
1.01.03.01.01	Clientes	9.333	7.966
1.01.03.01.02	Clientes - Partes Relacionadas	77.572	58.359
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.737	10.374
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.737	10.374
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.618	4.062
1.01.07.01	Premios e Seguros a Apropriar	6.618	4.062
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	103.512	54.473
1.01.08.03	Outros	103.512	54.473
1.01.08.03.01	Títulos e Valores Mobiliarios	71.567	30.106
1.01.08.03.03	Outros creditos	31.945	24.367
1.02	Ativo Não Circulante	2.680.765	2.181.894
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	113.584	118.006
1.02.01.06	Tributos Diferidos	45.539	5.255
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45.539	5.255
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	352	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.079	68.910
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	3.079	68.910
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	64.614	43.841
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	236	0
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	11.406	6.640
1.02.01.09.04	Titulos e Valores Mobiliarios	52.972	37.201
1.02.03	Imobilizado	106.723	89.285
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	106.723	89.285
1.02.04	Intangível	2.460.458	1.974.603
1.02.04.01	Intangíveis	2.460.458	1.974.603

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	3.077.775	2.749.071
2.01	Passivo Circulante	841.497	801.196
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.467	14.243
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.467	14.243
2.01.02	Fornecedores	38.980	32.184
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	38.980	32.184
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.006	14.469
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.006	14.469
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	16.752	14.196
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	254	273
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	621.964	513.314
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	158.236	146.406
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	158.236	146.406
2.01.04.02	Debêntures	463.244	366.008
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	484	900
2.01.05	Outras Obrigações	54.666	172.759
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.491	1.790
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	36
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.491	1.754
2.01.05.02	Outros	48.175	170.969
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.696	132.638
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	17.757	17.082
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	21.722	21.249
2.01.06	Provisões	88.414	54.227
2.01.06.02	Outras Provisões	88.414	54.227
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	53.055	24.854
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	11.099	12.527
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	24.260	16.846
2.02	Passivo Não Circulante	943.603	1.087.492
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	713.160	934.977
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	98.415	112.481
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	98.415	112.481
2.02.01.02	Debêntures	614.745	822.306
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	190
2.02.02	Outras Obrigações	67.001	59.033
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	61	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	61	0
2.02.02.02	Outros	66.940	59.033
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	14.027	3.272
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal	608	662
2.02.02.02.05	Credor pela concessão	52.305	55.099
2.02.03	Tributos Diferidos	16.321	6.280
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.321	6.280
2.02.04	Provisões	147.121	87.202
2.02.04.02	Outras Provisões	147.121	87.202
2.02.04.02.05	Provisões para perda tributárias, trabalhistas e civeis	30.981	26.710

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	114.084	58.563
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	2.056	1.929
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.292.675	860.383
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	391.283
2.03.02	Reservas de Capital	336	111
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	336	111
2.03.04	Reservas de Lucros	275.142	465.947
2.03.04.01	Reserva Legal	34.891	34.892
2.03.04.10	Reserva de dividendos	240.251	431.055
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	315.631	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.851	3.042

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	465.402	1.228.595	351.981	1.002.320
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-212.437	-531.598	-149.449	-425.950
3.03	Resultado Bruto	252.965	696.997	202.532	576.370
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.812	-66.022	-15.964	-44.539
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.800	-66.078	-15.959	-44.531
3.04.02.01	Despesas Geirais e Administrativas	-23.726	-65.857	-15.885	-44.310
3.04.02.02	Amortização de ágio de investimentos	-74	-221	-74	-221
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	56	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12	0	-5	-8
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	229.153	630.975	186.568	531.831
3.06	Resultado Financeiro	-46.702	-128.069	-39.348	-130.022
3.06.01	Receitas Financeiras	4.995	28.312	15.147	53.045
3.06.02	Despesas Financeiras	-51.697	-156.381	-54.495	-183.067
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	182.451	502.906	147.220	401.809
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-59.936	-164.788	-48.216	-131.595
3.08.01	Corrente	-55.828	-150.810	-44.723	-121.089
3.08.02	Diferido	-4.108	-13.978	-3.493	-10.506
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	122.515	338.118	99.004	270.214
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	122.515	338.118	99.004	270.214
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	121.215	334.324	97.924	266.776
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.300	3.794	1.080	3.438
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,22204	0,61241	0,25026	0,68180

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	122.515	338.118	99.004	270.214
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	122.515	338.118	99.004	270.214
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	121.215	334.324	97.924	266.776
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.300	3.794	1.080	3.438

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	500.509	430.992
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	813.293	680.524
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	502.906	401.809
6.01.01.02	Depreciação e amortização	111.273	78.710
6.01.01.03	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	132.019	163.093
6.01.01.04	Variação monetária sobre credor pela concessão	8.064	7.550
6.01.01.05	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-3.108	-573
6.01.01.06	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	2.694	1.502
6.01.01.08	Realização de AVP provisão manutenção /obras	7.188	6.856
6.01.01.09	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais e atualização monetária	5.143	10.002
6.01.01.11	Constituição de Provisão Manutenção e Atual Monetária	48.109	21.132
6.01.01.12	Juros sobre contratos de mútuos	-1.220	-9.557
6.01.01.14	Prêmio de opções	225	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-312.784	-249.532
6.01.02.01	Clientes	-11.471	-1.437
6.01.02.02	Impostos a recuperar	1.850	-2.590
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.658	-1.091
6.01.02.04	Outros créditos	-7.529	-19.560
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-2.636	-2.018
6.01.02.07	Fornecedores	1.796	-4.669
6.01.02.08	Obrigações sociais	4.307	4.950
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	489	-1.547
6.01.02.10	Outras contas a pagar	9.949	-3.789
6.01.02.11	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-6.375	-4.764
6.01.02.12	Provisão para manutenção	-63.066	-19.426
6.01.02.13	Juros pagos	-91.791	-76.972
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-144.739	-116.619
6.01.02.16	Provisão para construção de obras	-1.910	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-206.161	-130.360
6.02.01	Dividendos recebidos	0	791
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-207.179	-146.483
6.02.04	Empresas relacionadas	878	15.332
6.02.06	Recebimento pela Venda do Imobilizado	140	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-535.053	-190.954
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-54.124	-79.187
6.03.02	Credor pela concessão	-10.183	-8.976
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	77.681
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-153.618	-526.025
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-333.982	-7.872
6.03.08	Captação de debêntures, líquida de custos com emissão	0	357.025
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-73	0
6.03.10	Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital	18.912	0
6.03.11	Pagamento de dividendos a minoritários	-1.985	-3.600

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-240.705	109.678
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	431.943	252.866
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	191.238	362.544

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	111	465.947	0	0	857.341	3.042	860.383
5.04	Transações de Capital com os Sócios	305.432	225	-190.805	-18.693	0	96.159	-1.985	94.174
5.04.06	Dividendos	0	0	-190.805	0	0	-190.805	0	-190.805
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.693	0	-18.693	0	-18.693
5.04.08	Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas	0	0	0	0	0	0	-1.985	-1.985
5.04.09	Aporte de Capital por Investimento da Ecocataratas	305.432	0	0	0	0	305.432	0	305.432
5.04.10	Plano de Opção com Base em Ações	0	225	0	0	0	225	0	225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	334.324	0	334.324	3.794	338.118
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	334.324	0	334.324	3.794	338.118
5.07	Saldos Finais	696.715	336	275.142	315.631	0	1.287.824	4.851	1.292.675

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	391.283	0	188.228	0	0	579.511	6.664	586.175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-18.298	0	-18.298	-3.600	-21.898
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-18.298	0	-18.298	0	-18.298
5.04.08	Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas	0	0	0	0	0	0	-3.600	-3.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	266.776	0	266.776	3.438	270.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	266.776	0	266.776	3.438	270.214
5.07	Saldos Finais	391.283	0	188.228	248.478	0	827.989	6.502	834.491

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	1.337.979	1.066.282
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.337.979	1.066.282
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-395.948	-318.850
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-357.334	-295.606
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.393	-23.023
7.02.04	Outros	-221	-221
7.03	Valor Adicionado Bruto	942.031	747.432
7.04	Retenções	-111.273	-78.710
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-111.273	-78.710
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	830.758	668.722
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	27.148	53.045
7.06.02	Receitas Financeiras	27.092	53.045
7.06.03	Outros	56	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	857.906	721.767
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	857.906	721.767
7.08.01	Pessoal	90.523	72.930
7.08.01.01	Remuneração Direta	73.814	60.383
7.08.01.02	Benefícios	13.137	9.593
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.572	2.954
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	274.104	195.556
7.08.02.01	Federais	215.541	174.644
7.08.02.03	Municipais	58.563	20.912
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	155.161	183.067
7.08.03.01	Juros	94.938	124.217
7.08.03.03	Outras	60.223	58.850
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	338.118	270.214
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	18.693	18.297
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	315.631	248.479
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.794	3.438

Comentário do Desempenho

EcoRodovias Concessões e Serviços anuncia resultados do 3T12 e 9M12: *Margem EBITDA alcança 60,4% no 9M12*

São Bernardo do Campo, 6 de novembro de 2012 – EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. anuncia seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2012 (3T12) e primeiros nove meses de 2012 (9M12). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2011 (3T11) e primeiros nove meses de 2011 (9M11).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A EcoRodovias Concessões e Serviços, subholding do Grupo EcoRodovias no segmento de concessões de rodovias, iniciou suas atividades operacionais após a reorganização societária ocorrida no segundo semestre de 2009, através de transferência para a companhia das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul (RS), além da incorporação das empresas de serviços ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda., empresas estas prestadoras de serviços de apoio administrativo, financeiro, de tecnologia e engenharia às demais unidades do Grupo EcoRodovias.
- Em 30 de março de 2012, a concessionária Ecocataratas, que estava controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., passou a ser controlada novamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
- O tráfego consolidado no 9M12 apresentou 154.450 mil veículos equivalentes pagantes.
- O EBITDA no 9M12 foi de R\$ 742.470 mil atingindo a expressiva margem de 60,4%.
- A companhia apresentou no 9M12 lucro líquido de R\$ 338.118 mil.

Comentário do Desempenho

Destaques (em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Volume de Tráfego – milhares de eixos equivalentes	52.691	43.677	20,6%	154.450	130.021	18,8%
Tarifa Média ¹	7,61	6,96	9,3%	7,39	6,74	9,6%
Receita Líquida	465.402	351.981	32,2%	1.228.595	1.002.320	22,6%
Lucro Líquido	122.515	99.004	23,7%	338.118	270.214	25,1%
EBITDA ²	268.274	213.680	25,5%	742.470	610.762	21,6%
Margem EBITDA	57,6%	60,7%	-3,1p.p	60,4%	60,9%	-0,5p.p
Capex	121.385	67.208	80,6%	268.213	180.703	48,4%
Dívida Líquida	-	-	-	1.029.316	1.076.347	-4,4%

¹- em Reais

² EBITDA = Lucro Líquido+ IRPJ/CSLL+ Despesas Financeiras Líquidas+ Depreciação/Amortização

COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007, com o objetivo de ser a subholding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias. A principal atividade da Companhia é a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem.

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul, das quais detém 100% do capital social, exceto Ecosul que detém 90% do capital social, a Companhia administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiros, detendo concessões com extensão total de 1.459,3 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por onde passaram 154,5 milhões de veículos equivalentes pagantes no 9M12.

Em 29 de dezembro de 2010, por meio de uma reestruturação societária no grupo, a EcoRodovias Concessões realizou a cisão parcial com a conseqüente versão do patrimônio líquido cindido à Ecocataratas, nos termos do art. 225 da Lei n. 6.404/76, onde se justifica com base na decisão da Interveniente, holding do Grupo EcoRodovias, de reorganizar a gestão de seus ativos a fim de tornar mais eficiente e ágil a identificação de novas sinergias, alavancar a integração das suas áreas de atuação, proporcionar melhoria dos índices econômico-financeiros, possibilitar a otimização fiscal, consolidar o estágio diferenciado de maturidade e traduzir, na prática, a estratégia de atuação do Grupo, sendo assim, a Rodovia das Cataratas S.A - Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias

Comentário do Desempenho

Infraestrutura e Logística S.A. Em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser, novamente, controlada direta da EcoRodovias Concessões e Serviços.

ANÁLISE DO RESULTADO

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de veículos equivalentes pagantes, ocorrido nas concessionárias referente ao período do 3T12 e 9M12, ambos consolidados na companhia.

Volume de Tráfego						
(em milhares de veículos equivalentes pagantes)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Ecovias dos Imigrantes	15.139	13.952	8,5%	43.767	41.880	4,5%
Ecopistas	21.377	20.545	4,0%	62.242	60.340	3,2%
Ecovia Caminho do Mar	4.227	3.595	17,6%	12.097	10.755	12,5%
Ecocataratas	6.649	-	n.m	19.599	-	n.m
Ecosul	5.299	5.585	-5,1%	16.745	17.046	-1,8%
Total	52.691	43.677	20,6%	154.450	130.021	18,8%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao volume de tráfego total em veículos equivalentes pagantes, 47,8% corresponderam ao tráfego de veículos comerciais e 52,2% corresponderam aos veículos leves. O crescimento apresentado foi resultante, principalmente, da consolidação da concessionária Ecocataratas em março de 2012 e clima favorável para os veículos de passeio que se dirigem às regiões litorâneas de turismo.

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente pagante, consolidada e por concessionária.

Os últimos reajustes contratuais das tarifas básicas ocorridos nas concessionárias foram: 4,3% na Ecovias dos Imigrantes (em julho de 2012), 5,0% na Ecopistas (em julho de

Comentário do Desempenho

2012), 4,5% na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (em dezembro de 2011) e 8,0% na Ecosul (em janeiro de 2012).

Tarifa Média (em R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Ecovias dos Imigrantes	13,59	12,72	6,8%	12,98	12,02	8,0%
Ecopistas	2,59	2,46	5,3%	2,51	2,36	6,4%
Ecovia Caminho do Mar	12,22	11,67	4,7%	12,30	11,77	4,5%
Ecocataratas	7,98	-	n.m	8,03	-	n.m
Ecosul	6,63	6,08	-13,7%	6,65	6,11	8,8%
Consolidado	7,61	6,96	9,3%	7,39	6,74	9,6%

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada no 9M12 totalizou R\$ 1.337.979 mil. A tabela abaixo apresenta a composição da receita bruta por empresa consolidada.

Receita Bruta (em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Receitas de Pedágio:						
Ecovias dos Imigrantes	205.784	177.425	16,0%	568.070	503.261	12,9%
Ecopistas	55.274	50.569	9,3%	156.031	142.195	9,7%
Ecovia Caminho do Mar	51.666	41.964	23,1%	148.847	126.550	17,6%
Ecocataratas	53.092	-	n.m	120.749	-	n.m
Ecosul	35.121	33.960	3,4%	111.343	104.119	6,9%
Receita Acessórias Concessionárias	14.727	11.892	23,8%	40.848	33.775	20,9%
Receita de Construção ICPC-01	88.028	48.837	80,2%	182.848	133.367	37,1%
Receita de Serviços e Logística	1.272	9.804	-87,0%	9.243	23.015	-59,8%
Total	504.964	374.451	34,9%	1.337.979	1.066.282	25,5%

A receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 82,6% da receita bruta consolidada no 9M12.

Comentário do Desempenho

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.

A receita de construção conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária, no valor de R\$ 88.028 mil no 3T12, foram considerados como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado e, portanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 597.455 mil no 9M12, representando 48,6% da receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas (em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Pessoal	29.282	23.892	22,6%	90.523	72.930	24,1%
Conservação e manutenção	13.799	12.621	9,3%	40.575	36.670	10,6%
Serviços de terceiros	20.535	12.189	68,5%	52.491	35.399	48,3%
Seguros	2.574	2.325	10,7%	7.267	6.265	16,0%
Poder Concedente	9.865	12.234	-19,4%	27.167	33.851	-19,7%
Depreciação/Amortização	39.046	27.038	44,4%	111.273	78.710	41,4%
Provisão Manutenção ICPC 01	20.495	13.629	50,4%	45.806	40.591	12,8%
Custo de Construção de Obras ICPC 01	88.028	48.836	80,2%	182.848	133.367	37,1%
Locações e aluguéis	2.639	2.106	25,3%	7.919	6.159	28,6%
Outros	9.900	10.464	-5,4%	31.586	26.318	20,0%
TOTAL	236.163	165.334	42,8%	597.455	470.260	27,0%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria, serviços de limpeza, gerenciamento de riscos e vigilância.

Comentário do Desempenho

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA Ajustado, desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, totalizou R\$ 788.276 mil no 9M12, um crescimento de 21,0% em relação aos R\$ 651.353 mil obtidos no 9M11. A Margem EBITDA Ajustada foi de 75,4%, apresentando um aumento de 0,4 ponto percentual.

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS no 9M12, o EBITDA totalizou R\$ 742.470 mil, um crescimento de 21,6% em relação aos R\$ 610.762 mil obtidos no 9M11.

A margem EBITDA considerando a aplicação do IFRS atingiu 60,4% no 9M12, uma redução de 0,5 ponto percentual em relação ao 9M11.

EBITDA Ajustada sem IFRS (em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
EBITDA IFRS	268.274	213.680	25,5%	742.470	610.762	21,6%
Receita de construção	(88.028)	(48.836)	80,2%	(182.848)	(133.367)	37,1%
Custo de construção	88.028	48.836	80,2%	182.848	133.367	37,1%
Provisão para manutenção	20.495	13.629	50,4%	45.806	40.591	12,8%
EBITDA ajustada	288.769	227.309	27,0%	788.276	651.353	21,0%
Margem EBITDA ajustada	76,5%	75,0%	1,5 p.p	75,4%	75,0%	0,4 p.p

EBITDA IFRS (em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Receita Líquida	465.402	351.981	32,2%	1.228.595	1.002.320	22,6%
Custo e despesas administrativas	(236.163)	(165.334)	42,8%	(597.455)	(470.260)	27,0%
Depreciação e Amortização	39.046	27.038	44,4%	111.273	78.710	41,4%
Outras despesas/receitas líquidas	(11)	(5)	120%	57	(8)	-812,5%
EBITDA	268.274	213.680	25,5%	742.470	610.762	21,6%
Margem EBITDA	57,6%	60,7%	-3,1 p.p	60,4%	60,9%	-0,5 p.p

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido consolidado no 9M12 foi negativo em R\$ 128.069 mil conforme demonstrado no quadro abaixo:

Resultado Financeiro						
(em milhares de R\$)	3T12	3T11	Var.	9M12	9M11	Var.
Juros sobre debêntures	(20.867)	(34.918)	-40,2%	(77.205)	(104.651)	-26,2%
Juros sobre financiamentos	(5.422)	(4.846)	11,9%	(17.733)	(19.567)	-9,4%
Varição monetária debêntures e financiamentos	(16.119)	(6.505)	147,8%	(33.759)	(35.672)	-5,4%
Varição monetária sobre direito de outorga	(3.218)	(1.925)	67,2%	(8.064)	(7.550)	6,8%
Receita sobre aplicação financeira	4.500	11.227	-59,9%	23.432	40.640	-42,3%
Ajuste a valor presente ICPC-01	(2.774)	(2.176)	27,5%	(7.188)	(6.342)	13,3%
Outros efeitos financeiros	(2.803)	(205)	n.m	(7.552)	3.120	-342,1%
TOTAL	(46.703)	(39.348)	18,7%	(128.069)	(130.022)	-1,5%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado pela Companhia no 9M12 totalizou R\$ 338.118 mil que representa um aumento de 25,1 % em relação aos R\$ 270.214 mil quando comparado com o mesmo período anterior.

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2012, a dívida líquida consolidada da Companhia somou R\$ 1.029.316 mil.

Endividamento					
(em milhares de R\$)	30/09/2012	31/12/2011	Var.	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures- EcoRodovias Concessões e Serviços	360.732	440.128	-18,0%	100,0% CDI+1,5% a.a /8,75% a.a	nov/2015
Debêntures- Ecovias	297.794	335.866	-11,3%	104,0% CDI/ 9,5% a.a	nov/2014
Debêntures-Ecopistas	419.463	412.320	1,7%	IPCA+8,25%	jan/2023
BNDES -Ecopistas	89.063	96.765	-8,0%	taxa TJLP+2,45% a.a	nov/2021
CCB- Ecovia	-	6.213	-100,0%	107,7% CDI	maio/2012
CCB- Ecovia			8,6%	110,20% CDI	nov/2012

Comentário do Desempenho

	38.511	35.460			
CCB- Ecovia	47.198	44.476	6,1%	109% do CDI	nov/2012
CBB- Ecosul	42.844	39.567	8,3%	CDI+2,032% a.a	out/2014
Leasing- Ecovias	-	206	-100,0%	1,45% a.m	set/2012
CCB-Ecosul	39.035	36.407	7,2%	109% do CDI	nov/2012
Leasing- Ecovias	240	565	-57,5%	1,34% a.m	dez/2012
Leasing- Ecovias	136	320	-57,5%	1,20% a.m	mar/2013
Leasing- Cataratas	108	-	n.m	1,21% a.m	mar/2013
Divida Total	1.335.124	1.448.292	-7,8%		
Caixa e equivalentes de caixa	191.238	431.943	-55,7%		
Aplicação financeira vinculada	114.570	67.307	70,2%		
Divida Líquida	1.029.316	949.042	8,5%		

(**) Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na EcoRodovias no período somaram R\$ 270.242 milhões, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pelas concessionárias.

CAPEX (em milhares de R\$)	3T12			3T11		
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Concessões Rodoviárias						
Ecovias dos Imigrantes	25.424	16.979	42.403	19.911	12.511	32.422
Ecopistas	36.458	-	36.458	11.846	-	11.846
Ecovia Caminho do Mar	9.838	1.427	11.265	9.537	-	9.537
Ecocataratas	13.313	6.546	19.859	-	-	-
Ecosul - Rodovias do Sul	10.041	(7)	10.034	8.498	902	9.400
EcoRodovias Conc. e Serviços	1.634	-	1.634	4.035	-	4.035
CONSOLIDADO	96.708	24.945	121.653	53.827	13.413	67.240

(*)Desde da publicação da demonstração financeira de 31 de dezembro de 2011 estamos demonstramos a coluna "Custo de Manutenção" que anteriormente não era demonstrado.

Comentário do Desempenho

CAPEX (em milhares de R\$)	9M12			9M11		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Concessões Rodoviárias						
Ecovias dos Imigrantes	46.654	43.726	90.380	49.058	30.536	79.594
Ecopistas	82.351	-	82.351	43.489	-	43.489
Ecovia Caminho do Mar	21.375	3.465	24.840	18.721	-	18.721
Ecocataratas	24.894	15.879	40.773	-	-	-
Ecosul - Rodovias do Sul	23.048	-	23.048	24.588	3.671	28.259
EcoRodovias Conc. e Serviços	8.811	-	8.811	10.270	-	10.270
CONSOLIDADO	207.133	63.070	270.242	146.126	34.207	180.333

(*)Desde da publicação da demonstração financeira de 31 de dezembro de 2011 estamos demonstramos a coluna "Custo de Manutenção" que anteriormente não era demonstrado.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Socioambiental

Ecoviver – É um projeto educativo e artístico que visa difundir e estimular a conscientização ambiental nas comunidades em alunos do Ensino Fundamental. Por acreditar que a escola é um dos principais espaços para a difusão de informação, o Ecoviver conta com os educadores como grandes aliados, oferecendo total apoio para a abordagem da questão do lixo em sala de aula e estímulo para trabalhos com os alunos. Desde 2006, o Ecoviver já envolveu 250 mil alunos, 6.600 professores, 1.800 escolas em 25 cidades.

Este ano, o Projeto Ecoviver foi incrementado com o Projeto Arte Sustentável, que é mais uma iniciativa viabilizada pelo Ministério da Cultura e patrocinada pelo Grupo EcoRodovias que tem como objetivo promover a arte contemporânea, por meio de oficinas para alunos, usando como tema gerador elementos da natureza e materiais residuais, utilizando as linguagens de Fotografia, Imagem Digital e Vídeo.

Campanha "Por uma estrada sem acidentes" - No mês de julho de 2012, a EcoRodovias lançou uma grande campanha para conscientização e orientação dos usuários das concessionárias de rodovias administradas pelo Grupo, com os objetivos de reduzir o número de óbitos em acidentes rodoviários e educar os motoristas para dirigirem em situações adversas. O projeto está alinhado com os objetivos da Década Mundial de Ações de Segurança da ONU e pode ser conhecido em mais detalhes no site: www.ecorodovias.com.br/semacidentes.

Comentário do Desempenho

Projeto Capacitar

Projeto que acontece na Concessionária Ecovias dos Imigrantes, o Capacitar tem parceria com o SENAI e tem o objetivo de gerar trabalho e renda com cursos de capacitação profissional de moradores das comunidades que vivem às margens do Sistema Anchieta-Imigrantes.

Em outubro, o Capacitar formou 40 alunos de Diadema, que fizeram parte da primeira turma.

Projeto Primeiros Socorros

Projeto da Ecocataratas tem o objetivo de disseminar conhecimento sobre prevenção de acidentes e procedimentos básicos de primeiros socorros para as comunidades lindeiras à BR 277. É realizada nas escolas da rede pública, situadas na BR 277 nos 18 municípios do trecho de Guarapuava a Foz do Iguaçu. O projeto tem como parceiro principal a empresa Socorro Medico Resgate – SMR, responsável por ministrar os treinamentos.

Voleibol Paraolímpico

Em 2011, a Companhia iniciou o patrocínio às seleções brasileiras masculina, feminina, masculina de acesso e sub-23 de vôlei paraolímpico, também conhecido como vôlei sentado. A decisão pelo patrocínio foi tomada em linha com os princípios da Companhia, investindo em uma ação de longo prazo, com foco em promoção do esporte, conscientização nas estradas e apoio a pessoas que sofreram acidentes de trânsito.

Taekwondô Kids

Projeto desenvolvido pelo Instituto Olga Kos e apoiado pelo Grupo EcoRodovias tem o objetivo de incentivar crianças de 4 a 10 anos com ou sem deficiência intelectual à prática do esporte, contribuindo para sua integração à sociedade e aprimoramento social, cognitivo e motor.

Em setembro, os alunos do projeto Taekwondô Kids se apresentaram aos colaboradores da Ecovias e às crianças do Projeto Virando o Jogo, que acontece dentro da Concessionária.

Projeto Feliz Melhor Idade

O Grupo EcoRodovias está apoiando, através do Fundo Municipal do Direito do Idoso, o projeto Feliz Melhor Idade, do Lar dos Velhinhos de São Lourenço do Sul (RS). O projeto tem o objetivo de promover a inclusão social de 50 idosos, prestando um atendimento que

Comentário do Desempenho

valorize a autonomia e a integração dos mesmos com a sociedade, através de um ambiente construtivo, seguro e acolhedor.

EMPRESAS DO GRUPO



Responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias dos Imigrantes é o corredor de exportação e importação para o Porto de Santos, ligando a região metropolitana de São Paulo ao Pólo Petroquímico de Cubatão, às indústrias do ABCD e à Baixada Santista. Em seus 176,8 km de extensão, passam mais de 56 milhões de veículos equivalentes pagantes no ano.



A Ecopistas é a concessionária que administra e opera o Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo com o Vale do Paraíba, a região serrana de Campos do Jordão, o Porto de São Sebastião e as praias do Litoral Norte. Com 134,9 km de extensão e movimento anual de mais de 70 milhões de veículos equivalentes pagantes, tornou-se uma das mais importantes vias para a distribuição da produção industrial das cerca de duas mil empresas instaladas na região do Vale do Paraíba.



A concessionária Ecovia Caminho do Mar é responsável pelo conjunto de rodovias federais e estaduais que formam o corredor de transporte de bens do Paraná ao Porto de Paranaguá e ao turismo para o litoral do estado, através da BR-277, PR-508 e PR-407, com extensão de 136,8 km.



Adquirida pela EcoRodovias em fevereiro de 2008, a Ecocataratas faz a ligação entre os municípios de Guarapuava, Cascavel e Foz do Iguaçu (fronteira com Argentina e Paraguai), através de 387,1 quilômetros da BR-277. O trecho registrou, em 2011, mais de 25,7 milhões de veículos equivalentes pagantes.

Comentário do Desempenho



Uma das maiores malhas viárias concedidas no Brasil é administrada pela Ecosul – Rodovias do Sul, com 623,8 km no Pólo Rodoviário de Pelotas. Além da importante ligação ao Porto de Rio Grande, a Ecosul – Rodovias do Sul também desempenha importante papel no turismo em direção ao litoral sul brasileiro, através da BR-116.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2012: Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards, ou IFRS. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$43 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBITDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada Ecoporto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas na Bovespa.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possui capital circulante líquido consolidado negativo de R\$444.487. Contudo, conforme mencionado na nota explicativa nº 40, em 06 de novembro de 2012, foi emitida debêntures de R\$800.000, que permitiu o alongamento do endividamento de curto prazo.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Individual - BR GAAP”.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, identificadas como “Consolidado - IFRS e BR GAAP”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Notas Explicativas

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011”), publicadas no dia 16 de março de 2012 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

- As principais estimativas e julgamentos utilizadas são as seguintes:

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as normas de IFRSs e as normas do CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizado na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e à avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 34.

Notas Explicativas

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza mais de 50 modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão, nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e Empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Notas Explicativas

Provisão para manutenção referentes a contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, são como segue:

- Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.
- Credores pela concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga.

A mensuração dos valores presentes dos saldos acima foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% a 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificado em relação à sua última divulgação para contemplar a reclassificação abaixo:

Balanço Patrimonial Consolidado	Saldo de 31/12/2011 originalmente apresentado	Reclassificação	Saldo de 31/12/2011 reapresentado
Tributos Diferidos - Ativos	20.329	(15.074)	5.255
Tributos Diferidos Passivos	(21.354)	15.074	(6.280)

Notas Explicativas

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Em 2012, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2012 e de 2013. A Administração da Sociedade avaliou essas novas normas e, exceto quanto à aplicação das normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IFRS 11 – Joint Arrangements, não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Com a adoção das normas IFRS 10 e IFRS 11, é possível que a Sociedade não possa mais consolidar de forma proporcional algumas de suas controladas em conjunto. No entanto, a Administração ainda não completou a análise detalhada dessas normas nem quantificou os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de setembro de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações trimestrais consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e as participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, a detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas consolidadas:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Controladas diretas:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	90%	90%
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (vide nota explicativa 4. b)	100%	-

As atividades das controladas diretas são como segue:

a) Controladas diretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia Caminho do Mar”) foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

Notas Explicativas

- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. Tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná.

b) Reestruturação societária

Em 30 de março de 2012, a participação da controladora na Ecocataratas foi contribuída ao capital da Companhia, com base nos saldos contábeis em 29 de fevereiro de 2012, como segue:

	<u>R\$</u>
ATIVO	
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	18.912
Clientes	7.889
Tributos a recuperar	213
Despesas antecipadas	860
Outros créditos	<u>285</u>
Total do ativo circulante	<u>28.159</u>
NÃO CIRCULANTE	
Tributos diferidos	44.827
Despesas antecipadas	391
Depósitos judiciais	2.130
Imobilizado	12.402
Intangível	<u>397.819</u>
Total do não circulante	<u>457.569</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>485.728</u>

Notas Explicativas

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	
Arrendamento mercantil financeiro	202
Fornecedores	5.000
Obrigações sociais e trabalhistas	1.917
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.067
Provisão para manutenção	20.142
Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.564
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	544
Outras contas a pagar	<u>1.274</u>
Total do passivo circulante	<u>32.710</u>
NÃO CIRCULANTE	
Arrendamento mercantil financeiro	20
Partes relacionadas – mútuo	69.715
Provisão para manutenção	71.958
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.503
Tributos diferidos	384
Outras contas a pagar	<u>6</u>
Total do passivo não circulante	<u>147.586</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>305.432</u>
% de participação detido pela controladora	100,00%
SALDO DO INVESTIMENTO DA CONTROLADORA NA ECOCATARATAS	<u>305.432</u>

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e bancos	41	5.057	14.107	26.354
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	45.720	229.441	125.500	229.441
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	<u>489</u>	<u>33.633</u>	<u>51.631</u>	<u>176.148</u>
	<u>46.250</u>	<u>268.131</u>	<u>191.238</u>	<u>431.943</u>

- (a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui

Notas Explicativas

o direito de resgate imediato. São remunerados a taxas que variam entre 98,7% e 102,5% do CDI.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro – LFT.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários - vinculados está composta conforme segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB	106.424	38.890
Operação compromissada	10.213	121.168
LFT	<u>8.863</u>	<u>69.383</u>
	<u>125.500</u>	<u>229.441</u>

- (b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 98,7% e 102,3% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses e possuem liquidez imediata, e a Companhia possui o direito de resgate imediato. A Companhia possui ainda aplicação financeira no Itaú Unibanco, no qual os recursos disponíveis no final do mês são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 30 de setembro de 2012, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$3.431 (31 de dezembro de 2011 de R\$5.560).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CDB (a)	114.570	67.307
Poupança (b)	<u>9.969</u>	<u>-</u>
	<u>124.539</u>	<u>67.307</u>
Circulante	<u>71.567</u>	<u>30.106</u>
Não circulante	<u>52.972</u>	<u>37.201</u>

Notas Explicativas

- a) Os CDB são remunerados a taxas que variam entre 95,8% e 106,0% do CDI e refletem as condições de mercado no fim de cada período. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures das controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 18).
- b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada direta Ecopistas celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA), os valores serão corrigidos pelo índice da poupança.

7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Representados por valores a receber de locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Pedágio eletrônico –		
Partes relacionadas (*) vide nota explicativa nº 19	77.572	58.359
Cupons de pedágio	4.741	4.104
Locações	1.789	2.268
Cargas especiais	822	2
Arrendamento fibra óptica/faixa de domínio	1.424	857
Painéis publicitários	122	161
Outras contas a receber	<u>435</u>	<u>574</u>
	<u>86.905</u>	<u>66.325</u>

(*) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

Em 30 de setembro de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer	<u>86.658</u>	<u>66.307</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	98	17
De 31 a 60 dias	<u>149</u>	<u>1</u>
	<u>86.905</u>	<u>66.325</u>

Notas Explicativas

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.886	9.550	7.182	10.062
Outros	<u>115</u>	<u>113</u>	<u>1.555</u>	<u>312</u>
	<u>6.001</u>	<u>9.663</u>	<u>8.737</u>	<u>10.374</u>

9. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER - CONTROLADORA (BR GAAP)

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possui R\$148.097 (R\$203.327 em 31 de dezembro de 2011) referentes a dividendos e juros sobre capital próprio a receber, conforme segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - dividendos e juros sobre o capital próprio	141.124	196.653
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. - juros sobre o capital próprio	380	81
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas - dividendos	<u>6.593</u>	<u>6.593</u>
	<u>148.097</u>	<u>203.327</u>

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Propostos</u>	<u>Recebidos</u>	<u>30/09/2012</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A	196.653	15.895	(71.424)	141.124
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	81	20.632	(20.333)	380
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	6.593	-	-	6.593
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	-	<u>17.885</u>	<u>(17.885)</u>	-
	<u>203.327</u>	<u>54.412</u>	<u>(109.642)</u>	<u>148.097</u>

Notas Explicativas**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldos iniciais	6.640	4.072
Reestruturação societária (*)	2.130	-
Adições	3.707	3.811
Baixas	(2.168)	(2.735)
Atualização monetária	<u>1.097</u>	<u>1.492</u>
Saldos finais	<u>11.406</u>	<u>6.640</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b)

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

	Valores das investidas 30/09/2012		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência	
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	30/09/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	548.881	192.256	100%	100%	548.881	372.483	192.256	170.842
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	57.960	49.862	100%	100%	57.960	28.696	49.862	42.120
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas	234.431	21.440	100%	100%	234.431	212.945	21.440	14.993
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (*)	331.368	32.690	100%	-	331.368	-	25.874	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul	48.522	37.942	90%	90%	43.672	27.374	34.148	30.941
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	-	-	-	-	<u>72.986</u>	<u>76.566</u>	-	-
					<u>1.289.298</u>	<u>718.064</u>	<u>323.580</u>	<u>258.896</u>

(*) Refere-se à equivalência patrimonial do período de 1º de março a 30 de setembro de 2012, decorrente da operação descrita na nota explicativa nº 4. b).

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 está apresentada a seguir:

	31/12/2010	Dividendos	Amortização de ágio	Equivalência patrimonial	30/09/2011
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	447.873	(81.471)	-	170.842	537.244
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	41.630	(15.560)	-	42.120	68.190
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	198.938	(1.713)	-	14.993	212.218
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A - Ecosul	59.973	(32.401)	-	30.941	58.513
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>81.110</u>	<u>-</u>	<u>(3.408)</u>	<u>-</u>	<u>77.702</u>
	<u>829.524</u>	<u>(131.145)</u>	<u>(3.408)</u>	<u>258.896</u>	<u>953.867</u>

A movimentação dos investimentos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 está apresentada a seguir:

	31/12/2011	Reestruturação Societária (*)	Dividendos e JSCP Propostos	Amortização de ágio (**)	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/09/2012
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	372.483	-	(15.895)	-	37	192.256	548.881
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	28.696	-	(20.632)	-	34	49.862	57.960
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	212.945	-	-	-	46	21.440	234.431
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL	27.374	-	(17.885)	-	35	34.148	43.672
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	-	305.432	-	-	62	25.874	331.368
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>76.566</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.580)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>72.986</u>
	<u>718.064</u>	<u>305.432</u>	<u>(54.412)</u>	<u>(3.580)</u>	<u>214</u>	<u>323.580</u>	<u>1.289.298</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

(**) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 30 de setembro de 2012 em média foram de 5,17% a.a. (4,87% a.a. em 31 de dezembro de 2011).

Os principais saldos das controladas (totais de ativos, passivos, receitas e lucro do exercício) estão apresentados na nota explicativa nº 39.

Notas Explicativas**12. IMOBILIZADO****a) Controladora (BR GAAP)**

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	944	140	432	300	99	529	2.444
Adições	447	125	7	941	1.713	22	3.255
Baixas	(5)	-	-	-	-	(377)	(382)
Transferências	-	-	-	-	5.292	-	5.292
Depreciação	<u>(314)</u>	<u>(32)</u>	<u>(48)</u>	<u>-</u>	<u>(62)</u>	<u>(15)</u>	<u>(471)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>1.072</u>	<u>233</u>	<u>391</u>	<u>1.241</u>	<u>7.042</u>	<u>159</u>	<u>10.138</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,0	10,0	
	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.576	282	459	1.705	8.278	653	12.953
Adições	2.090	69	43	437	27	710	3.376
Baixas	-	-	-	(420)	-	(473)	(893)
Transferências	3.237	-	-	-	-	-	3.237
Depreciação	<u>(856)</u>	<u>(49)</u>	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>(255)</u>	<u>(40)</u>	<u>(1.258)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>6.047</u>	<u>302</u>	<u>444</u>	<u>1.722</u>	<u>8.050</u>	<u>850</u>	<u>17.415</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,0	10,0	

Notas Explicativas

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	37.310	6.665	4.370	3.661	8.930	11.725	72.661
Adições	10.996	1.838	305	941	1.741	1.275	17.096
Baixas	(7)	(6)	(5)	-	-	(929)	(947)
Transferência	-	-	-	-	5.292	-	5.292
Depreciação	(8.495)	(1.129)	(456)	-	(687)	(812)	(11.579)
Saldos em 30 setembro de 2011	<u>39.804</u>	<u>7.368</u>	<u>4.214</u>	<u>4.602</u>	<u>15.276</u>	<u>11.259</u>	<u>82.523</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	15,5	10,0	10,0	-	5,5	10,0	
	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	43.454	7.152	4.529	5.066	16.303	12.781	89.285
Reestruturação societária (*)	2.751	1.059	645	-	3.515	4.432	12.402
Adições	9.970	2.343	383	437	137	7.375	20.645
Baixas	-	(21)	(5)	(420)	-	(1.170)	(1.616)
Transferências	3.533	-	-	-	152	(1.546)	2.139
Depreciação	(11.416)	(1.343)	(544)	-	(1.109)	(1.720)	(16.132)
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>48.292</u>	<u>9.190</u>	<u>5.008</u>	<u>5.083</u>	<u>18.998</u>	<u>20.152</u>	<u>106.723</u>
Taxas anuais médias de depreciação - %	15,5	10,0	10,0	-	5,5	10,0	

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Notas Explicativas

13. INTANGÍVEL

a) Controladora (BR GAAP)

	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	619	13.126	13.745
Adições	4.673	2.344	7.017
Transferência	(5.292)	-	(5.292)
Amortização	<u>-</u>	<u>(3.500)</u>	<u>(3.500)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>=</u>	<u>11.970</u>	<u>11.970</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	-	20%	-
	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.101	13.441	14.542
Adições	2.256	3.180	5.436
Transferências	(3.237)	-	(3.237)
Amortização	<u>-</u>	<u>(3.761)</u>	<u>(3.761)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>120</u>	<u>12.860</u>	<u>12.980</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	-	20%	-

Notas Explicativas

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.863.511	1.410	15.061	2	1.879.984
Adições	102.833	23.875	2.679	-	129.387
Baixas	(553)	-	-	(2)	(555)
Transferências	1.140	(6.432)	-	-	(5.292)
Amortização	<u>(63.194)</u>	<u>-</u>	<u>(3.937)</u>	<u>-</u>	<u>(67.131)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>1.903.737</u>	<u>18.853</u>	<u>13.803</u>	<u>-</u>	<u>1.936.393</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(**)	-	20,0	20,0	
	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.954.077	5.324	15.202	-	1.974.603
Reestruturação societária (*)	397.354	303	153	9	397.819
Adições	156.287	26.762	3.485	-	186.534
Baixas	(820)	(398)	-	-	(1.218)
Transferências	4.310	(6.444)	(5)	-	(2.139)
Amortização	<u>(90.895)</u>	<u>-</u>	<u>(4.246)</u>	<u>-</u>	<u>(95.141)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2012	<u>2.420.313</u>	<u>25.547</u>	<u>14.589</u>	<u>9</u>	<u>2.460.458</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	(**)		20,0	20,0	-

(*) Vide nota explicativa nº 4.b).

(**) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização em 30 de setembro de 2012 em média foram de 5,17% (4,87% em 31 de dezembro de 2011).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado	
	(BR GAAP)	(IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	30.974	26.709
Juros capitalizados	(17)	(6.741)	(4.176)
Provisão para manutenção – ICPC-01	-	42.122	(41.994)
Ajuste a valor presente sobre o credor pela concessão	-	5.849	4.359
Amortização Ágio Investimento Ecosul	-	14.021	12.324
Outros	-	(289)	(237)
	(17)	85.936	(3.015)
	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	(6)	29.218	(1.025)
Ativo diferido	1	45.539	5.255
Passivo diferido	(7)	(16.321)	(6.280)
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2012	-	915	815
2013	1	3.691	894
2014	-	3.691	894
2015	-	3.691	894
2016	-	3.652	900
Após 2016	-	<u>29.899</u>	<u>858</u>
	<u>1</u>	<u>45.539</u>	<u>5.255</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Controladora (BR GAAP)	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Varição no:				
Imposto de renda corrente	(798)	(1.811)	(4.429)	(2.731)
Imposto de renda diferido	-	(563)	(4)	(1.089)
	<u>(798)</u>	<u>(2.374)</u>	<u>(4.433)</u>	<u>(3.820)</u>
Varição na:				
Contribuição social - corrente	(309)	(670)	(1.656)	(1.035)
Contribuição social - diferida	-	(203)	(2)	(653)
	<u>(309)</u>	<u>(873)</u>	<u>(1.658)</u>	<u>(1.688)</u>

Notas Explicativas

<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Varição no:				
Imposto de renda corrente	(40.966)	(32.825)	(110.642)	(88.855)
Imposto de renda diferido	<u>(3.019)</u>	<u>(5.243)</u>	<u>(10.278)</u>	<u>(10.206)</u>
	<u>(43.985)</u>	<u>(38.068)</u>	<u>(120.920)</u>	<u>(99.061)</u>
Varição na:				
Contribuição social - corrente	(14.862)	(11.898)	(40.168)	(32.234)
Contribuição social - diferida	<u>(1.089)</u>	<u>1.750</u>	<u>(3.700)</u>	<u>(300)</u>
	<u>(15.951)</u>	<u>(10.148)</u>	<u>(43.868)</u>	<u>(32.534)</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Controladora (BR GAAP)	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	122.322	101.171	340.415	272.284
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(41.589)	(34.398)	(115.741)	(92.577)
Equivalência patrimonial	40.638	31.327	110.017	88.025
Amortização ágio investimento - Ecovias	(406)	(386)	(1.217)	(1.176)
Imposto de renda e contribuição social sobre as adições permanentes	<u>250</u>	<u>210</u>	<u>850</u>	<u>220</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(1.107)</u>	<u>(3.247)</u>	<u>(6.091)</u>	<u>(5.508)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(1.107)	(2.481)	(6.085)	(3.766)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	-	(766)	(6)	(1.742)

Notas Explicativas

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	182.451	147.220	502.906	401.809
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(62.033)	(50.055)	(170.988)	(136.615)
Juros sobre o capital próprio	2.013	2.494	6.356	6.221
Amortização ágio investimento	736	(398)	(377)	(1.176)
Imposto de renda e contribuição social sobre as adições permanentes	<u>(652)</u>	<u>(257)</u>	<u>221</u>	<u>(25)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(59.936)</u>	<u>(48.216)</u>	<u>(164.788)</u>	<u>(131.595)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(55.828)	(44.723)	(150.810)	(121.089)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(4.108)	(3.493)	(13.978)	(10.506)

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	99	100	6.947	5.815
Cofins	502	446	4.652	3.914
PIS	109	97	1.008	848
ISS na fonte	7	9	1.211	846
Outros impostos	<u>352</u>	<u>172</u>	<u>2.934</u>	<u>2.773</u>
	<u>1.069</u>	<u>824</u>	<u>16.752</u>	<u>14.196</u>

Notas Explicativas**16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Em moeda nacional:				
Capital de giro (b)	Novembro de 2012	109% do CDI	86.233	80.883
Capital de giro	Maio de 2012	107,7% do CDI	-	6.213
Capital de giro (c)	Novembro de 2012	110,2% do CDI	38.511	35.461
BNDES (a)	Junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	89.063	96.765
Capital de giro (d)	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	<u>42.844</u>	<u>39.565</u>
			<u>256.651</u>	<u>258.887</u>
Circulante			<u>158.236</u>	<u>146.406</u>
Não circulante			<u>98.415</u>	<u>112.481</u>

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	13.801	22.274
2014	22.755	22.541
2015	9.517	9.303
2016	9.517	9.303
Posterior a 2016	<u>42.825</u>	<u>49.060</u>
	<u>98.415</u>	<u>112.481</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

- a) Em fevereiro de 2011, a controlada direta Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito de R\$79.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação a, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos são: (i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2012.

Notas Explicativas

- b) O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecovia Caminho do Mar e Ecosul, a qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia.

Em 11 de novembro de 2011, a controlada Ecovia Caminho do Mar celebrou contrato de cédula de crédito bancário de R\$44.000, com a finalidade de capital de giro.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela Companhia e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

Em novembro de 2011, a controlada direta Ecosul celebrou contrato de R\$36.000, com a finalidade de capital de giro, em que a Companhia será sua avalista, com vencimento em novembro de 2012.

- c) A Ecovia Caminho do Mar, por meio de um aditivo de contrato, prorrogou o empréstimo de R\$35.000, com vencimento em novembro de 2012.
- d) Em novembro de 2011, a controlada direta Ecosul celebrou contrato de R\$ 31.000 com vencimento em outubro de 2014, o referido contrato, exige-se a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” deverá ser menor ou igual a 1,5 e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2012. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada direta Ecosul fez cessão fiduciária dos direitos creditórios do pedágio e tem como avalista a controladora direta EcoRodovias.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	481	892
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>-</u>	<u>191</u>
	481	1.083
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>3</u>	<u>7</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>484</u>	<u>1.090</u>
Circulante	<u>484</u>	<u>900</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>190</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado” e refere-se a caminhões e apresenta R\$1.175 em 30 de setembro de 2012 e R\$1.554 em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos de 16,71% ao ano e variação de encargos de 15,25% a 17,32%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração dos contratos é de 36 meses. A data da última parcela do empréstimo ocorrerá em junho de 2013. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”.

18. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Principal corrigido	347.955	434.414	1.034.933	1.155.215
Remuneração (juros)	15.469	9.423	58.788	51.518
Custos com emissão de debêntures	<u>(2.692)</u>	<u>(3.709)</u>	<u>(15.732)</u>	<u>(18.419)</u>
	<u>360.732</u>	<u>440.128</u>	<u>1.077.989</u>	<u>1.188.314</u>
Circulante	<u>252.830</u>	<u>191.589</u>	<u>463.244</u>	<u>366.008</u>
Não circulante	<u>107.902</u>	<u>248.539</u>	<u>614.745</u>	<u>822.306</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira série no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

Essa operação tem classificação de risco brAAA da Standard & Poors.

A controlada direta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses com vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Notas Explicativas

Essa operação tem classificação de risco “brAAA” da Standard & Poors.

A controlada Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R\$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022, e a quarta no valor nominal de R\$92.500, com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

As quatro séries, ofertadas ao mercado local, tem remuneração vinculada ao IPCA + 8,25%, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Essa operação tem classificação de risco brAA+ da Standard & Poors.

As principais características das debêntures emitidas são:

<u>Descrição</u>	<u>Companhia</u>	<u>Ecovias dos Imigrantes</u>	<u>Ecopistas</u>
Forma e conversibilidade	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$1	R\$10	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2012	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,21 3ª série - R\$1,26	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$6,11 3ª série - R\$9,59	1ª série - R\$1.165 2ª série - R\$1.127 3ª série - R\$1.105 4ª série - R\$1.261
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - juros remuneratórios a serem definidos em processo de “bookbuilding”, com taxa-teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% a.a. (252 dias úteis)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)

Notas Explicativas

<u>Descrição</u>	<u>Companhia</u>	<u>Ecovias dos Imigrantes</u>	<u>Ecopistas</u>
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta-corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor.	<p>a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vencida da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).</p> <p>b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).</p>
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 51% das ações da Ecorodovias C&S e cessão fiduciária dos dividendos da Ecovia, Ecosul e Ecocataratas e Fiança da Ecorodovias I&L	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusulas de repactuação das debêntures.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	Controladora (BR GAAP)					
	30/09/2012			31/12/2011		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2013	-	(83)	(83)	144.800	(1.034)	143.766
2014	54.546	(623)	53.923	52.649	(332)	52.317
2015	<u>54.563</u>	<u>(501)</u>	<u>54.062</u>	<u>52.665</u>	<u>(209)</u>	<u>52.456</u>
	<u>109.109</u>	<u>(1.207)</u>	<u>107.902</u>	<u>250.114</u>	<u>(1.575)</u>	<u>248.539</u>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	30/09/2012			31/12/2011		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2013	52.502	(624)	51.878	307.315	(3.287)	304.028
2014	141.325	(2.262)	139.063	181.415	(1.966)	179.449
2015	72.149	(1.613)	70.536	88.412	(1.317)	87.095
2016	21.090	(1.113)	19.977	35.747	(1.108)	34.639
2017	<u>339.637</u>	<u>(6.346)</u>	<u>333.291</u>	<u>223.417</u>	<u>(6.322)</u>	<u>217.095</u>
	<u>626.703</u>	<u>(11.958)</u>	<u>614.745</u>	<u>836.306</u>	<u>(14.000)</u>	<u>822.306</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção de índices financeiros menores ou iguais a 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA, índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e à despesa financeira líquida e dívida líquida menor ou igual a R\$800.000 com base não consolidada, tendo como base as informações semestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias dos Imigrantes requer a manutenção dos índices financeiros menores ou iguais a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações semestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente, considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2012, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Notas Explicativas

O contrato da controlada direta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros conforme segue:

(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior à 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2012.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Série</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Companhia	Debêntures - 1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5%	CDI + 2% 9,39% +
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75% + IPCA	IPCA 9,37% +
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75% + IPCA	IPCA
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% do CDI	107% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,84% + IPCA
	Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,97% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	8,91% + IPCA
	Debêntures - 4ª série	15/01/11	<u>92.500</u>	<u>(3.167)</u>	<u>89.333</u>	IPCA + 8,25%	8,87% + IPCA
			<u>1.420.000</u>	<u>(29.807)</u>	<u>1.390.193</u>		

Notas Explicativas**19. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionados, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultorias.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora (BR GAAP)	
		30/09/2012	31/12/2011
Ativo-			
Circulante:			
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	90.080	-
		<u>90.080</u>	<u>-</u>
Não circulante			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada (*)	47.085	66.590
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	1.463	2.411
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	372	356
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	4.723	8.619
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada (*)	1.751	1.683
Ecoporto Holding S.A. (c)	Outras partes relacionadas	2	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	628	590
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	-	134.040
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	2.677	637
ELG-01 Participações Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	390	-
		<u>59.092</u>	<u>214.926</u>
Total do ativo		<u>149.172</u>	<u>214.926</u>
Passivo-			
Não circulante-			
Contas a pagar-			
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	250	-
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (a)	Controlada	1	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	38	7
		<u>7</u>	<u>7</u>
Total do passivo		<u>289</u>	<u>7</u>

Notas Explicativas

	Natureza	Controladora (BR GAAP)	
		30/09/2012	30/09/2011
Resultado:			
Receita:			
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	Controlada	14.074	13.529
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (c)	Controlada	3.622	3.480
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	46.634	43.786
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	Controlada (*)	16.849	16.197
Concessionária Rodovia Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (c)	Controlada	6.091	5.719
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	1.359
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	274
ELG-01 Participações Ltda (c)	Outras partes relacionadas	415	-
Elog Sudeste S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>5.084</u>	<u>5.186</u>
		<u>92.769</u>	<u>89.530</u>
Despesa-			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Controlada	<u>170</u>	<u>162</u>
		<u>170</u>	<u>162</u>
		Consolidado (IFRS E BR GAAP)	
	Natureza	30/09/2012	31/12/2011
Ativo-			
Circulante			
STP – Serviços Tecnologia e Pagamento (g)	Outras partes relacionadas	<u>77.572</u>	<u>58.359</u>
		77.572	58.359
Não circulante - mútuo-			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada (*)	-	66.590
Não circulante – contas a pagar e Adiantamento a fornecedores:			
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada (*)	-	1.683
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	Outras partes relacionadas	10	-
ELG-01 Participações Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	390	-
Elog Sudeste S.A.(c)	Outras partes relacionadas	2.677	637
Ecoporto Holding S.A. (c)	Outras partes relacionadas	<u>2</u>	<u>-</u>
		3.079	68.910
Intangível:			
TB Transportadora Betumes Ltda.(f)	Outras partes relacionadas	172	313
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	6.104	9.094
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	12.112	17.021
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	<u>14.647</u>	<u>24.813</u>
		33.035	51.241
Total do ativo		<u>113.686</u>	<u>178.510</u>

(*) Controlada a partir de 30 de março de 2012, vide nota 4b), anteriormente classificada como outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

	Natureza	Consolidado (IFRS E BR GAAP)	
		30/09/2012	31/12/2011
Passivo-			
Circulante - contas a pagar:			
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	83	34
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	1.363	260
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora	4	36
Consórcio Serra do Mar (d)	Outras partes relacionadas	4.797	1.090
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	<u>244</u>	<u>370</u>
		<u>6.491</u>	<u>1.790</u>
Não Circulante - contas a pagar:			
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c)	Controladora	38	-
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(c)	Outras partes relacionadas	<u>23</u>	<u>-</u>
		<u>61</u>	<u>34</u>
Total do passivo		<u>6.552</u>	<u>1.790</u>
Resultado-			
Receita:			
Elog Sudeste S.A.(c)	Outras partes relacionadas	5.084	3.111
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (c)	Controlada	3.744	16.197
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (b)	Controlada	4.111	9.557
Elog S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	274
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	1.359
ELG01 Participações Ltda.(c)	Outras partes relacionadas	<u>415</u>	<u>-</u>
		<u>13.354</u>	<u>30.498</u>
Despesa:			
TB Transportadora Betumes Ltda.(f)	Outras partes relacionadas	-	19
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	1.343
STP – Serviços Tecnologia e Pagamentos	Outras partes relacionadas	4.227	2.501
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c)	Outras partes relacionadas	362	195
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	<u>-</u>	<u>268</u>
		<u>4.589</u>	<u>4.326</u>
Custo:			
SBS Engenharia e Serviços Ltda.(e)	Outras partes relacionadas	191	-
TB Transportadora Betumes Ltda.(f)	Outras partes relacionadas	72	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	<u>5.719</u>	<u>-</u>
		<u>5.982</u>	<u>-</u>

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- O valor de R\$90.080 (R\$134.040 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI com vencimento até 31 de março de 2013.
- O valor de R\$47.085 (R\$66.590 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a contrato de mútuo com a Ecocataratas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do CDI, acrescido de juros de 1,20% ao ano, com vencimento até 31 de dezembro de 2015.
- A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$123.235, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços em 30 de setembro de 2012 é de R\$12.004.
- O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas à controladora EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e Impregilo SPA

Notas Explicativas

Sucursal Brasil, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega e viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada Ecovias dos Imigrantes e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$94.200. Deste total, foram incorridos R\$43.683 e há um saldo de R\$50.517 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

- (e) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$18.358 e entre a Ecovia Caminho do Mar e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$14.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos. Em 30 setembro de 2012, há um saldo de R\$18.221 de serviços a incorrer com esses contratos. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas à controladora direta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA Sucursal Brasil, controladora indireta da EcoRodovias, prestam serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Rodovias das Cataratas, à Ecovia Caminho do Mar e à Ecopistas. O preço global firmado para a execução dos serviços contratados entre a Companhia, a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$25.092, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de setembro de 2012, há um saldo de R\$23.079 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (g) A parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística, presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos “Sem Parar”.

Remuneração dos administradores

As políticas de remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, assim como o pagamento são fixadas e assumidas pela controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas**20. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários e outras obrigações a pagar	1.887	1.858	5.198	4.874
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	549	452	1.605	1.246
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	137	174	356	441
IRRF a recolher	225	351	418	673
Contribuição Sindical a recolher	4	-	4	8
Provisão 13º Salário	1.256	-	3.307	-
Encargos sobre provisões 13º Salário	446	-	1.188	-
Provisão de férias	2.389	1.978	6.016	4.957
Encargos sobre provisões de férias	<u>934</u>	<u>963</u>	<u>2.375</u>	<u>2.044</u>
	<u>7.827</u>	<u>5.776</u>	<u>20.467</u>	<u>14.243</u>

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

21. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Parcelas:		
Fixas	67.209	68.646
Variáveis	<u>2.853</u>	<u>3.535</u>
	<u>70.062</u>	<u>72.181</u>
Circulante	<u>17.757</u>	<u>17.082</u>
Não circulante	<u>52.305</u>	<u>55.099</u>

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de setembro de 2012, restam 67 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 72,08% do total (68,33% em 31 de dezembro de 2011).

De acordo com o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 30 de setembro de 2012, todas as parcelas haviam sido quitadas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas e 1% na Ecosul.

Notas Explicativas

As controladas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	2.388	12.477
2014	12.202	11.394
2015	11.143	10.406
2016	10.177	9.503
Posteriores a 2017	<u>16.395</u>	<u>11.319</u>
	<u>52.305</u>	<u>55.099</u>

22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente a taxas de 10,52% ao ano em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos e estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2011</u>	
Constituição da provisão para manutenção	177.273	28.443	205.716	
Efeito do valor presente sobre a constituição	(34.377)	(7.311)	(41.688)	
Realização da manutenção	(92.944)	(15.188)	(108.132)	
Ajuste a valor presente - realizações	<u>17.058</u>	<u>5.439</u>	<u>22.497</u>	
	<u>67.010</u>	<u>11.383</u>	<u>78.393</u>	
Circulante	<u>12.838</u>		<u>19.713</u>	
Não circulante	<u>54.172</u>		<u>58.680</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>Reestruturação Societária (*)</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/09/2012</u>
Constituição da provisão para manutenção	242.101	201.124	58.840	502.065
Efeito do valor presente sobre a constituição	(43.966)	(54.662)	(10.731)	(109.359)
Realização da manutenção	(138.443)	(78.578)	(63.066)	(280.087)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>23.725</u>	<u>24.216</u>	<u>6.579</u>	<u>54.520</u>
	<u>83.417</u>	<u>92.100</u>	<u>(8.378)</u>	<u>167.139</u>
Circulante	<u>24.854</u>			<u>53.055</u>
Não circulante	<u>58.563</u>			<u>114.084</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b)

Notas Explicativas**23. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	Efeito financeiro	30/09/2011
Constituição da provisão para obras futuras	21.179	-	21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	(10.011)
Realização da construção	-	(4.238)	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>5.861</u>	<u>1.417</u>	<u>7.278</u>
	<u>17.029</u>	<u>(2.821)</u>	<u>14.208</u>
Circulante	<u>10.143</u>		<u>11.082</u>
Não circulante	<u>6.886</u>		<u>3.126</u>
	31/12/2011	Efeito financeiro	30/09/2012
Constituição da provisão para obras futuras	21.179		21.179
Efeito do valor presente sobre a constituição	(10.011)	-	(10.011)
Realização da construção	(4.339)	(1.910)	(6.249)
Ajuste a valor presente - realizações	<u>7.627</u>	<u>609</u>	<u>8.236</u>
	<u>14.456</u>	<u>(1.301)</u>	<u>13.155</u>
Circulante	<u>12.527</u>		<u>11.099</u>
Não circulante	<u>1.929</u>		<u>2.056</u>

24. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 é como segue:

Natureza	31/12/2010	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	30/09/2011
Cível (a)	15.401	3.721	(1.875)	803	18.050
Tributária (b)	525	722	-	298	1.545
Trabalhista (c)	<u>8.029</u>	<u>4.203</u>	<u>(2.889)</u>	<u>255</u>	<u>9.598</u>
	<u>23.955</u>	<u>8.646</u>	<u>(4.764)</u>	<u>1.356</u>	<u>29.193</u>

Notas Explicativas

Natureza	31/12/2011	Reestruturação Societária (*)	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	30/09/2012
Cível (a)	16.548	3.803	978	(4.693)	982	17.618
Tributária (b)	1.770	-	324	(12)	342	2.424
Trabalhista (c)	<u>8.392</u>	<u>1.700</u>	<u>1.834</u>	<u>(1.670)</u>	<u>683</u>	<u>10.939</u>
	<u>26.710</u>	<u>5.503</u>	<u>3.136</u>	<u>(6.375)</u>	<u>2.007</u>	<u>30.981</u>

(*) Vide nota explicativa nº 4.b)

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2012, R\$34.039 (R\$9.542 em 31 de dezembro de 2011), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A controlada direta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Ecovias por entender que a concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativo à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. Atualmente, os autos principais da ação civil pública estão aguardando a devolução de carta precatória para citação da Ecovias. Foi estimado o valor de R\$18.714 para esta causa e sua probabilidade de perda está avaliada como possível, portanto, sem constituição de provisão, em razão da fase processual e dos argumentos de defesa que serão apresentados nos autos da ação civil pública.

(b) Processos tributários

Em 30 de setembro de 2012, também existem outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$17.180 (R\$12.944 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários classificados como possíveis são conforme segue:

- (i) A Controlada direta Ecovias possuía um processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. Em julho de 2012 foi dado ganho de causa em processo transitado em julgado sem desembolso para Ecovias.
- (ii) Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

Notas Explicativas

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2012, também existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$6.352 (R\$7.453 em 31 de dezembro de 2011), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A controlada direta Ecocataratas possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da controlada indireta Ecocataratas). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, sendo o valor da condenação atualizado em 30 de setembro de 2012 de R\$6.920 (R\$5.192 em 31 de dezembro de 2011). Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão. Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R\$6.439.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2012, o capital social é de R\$696.715 (R\$391.283 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 696.715 (391.283 em 31 de dezembro de 2011) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Evento societário:

Em 30 de março de 2012 através de reestruturação societária, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Concessões e Serviços, com 305.432 ações. Vide nota explicativa nº4.b)

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Notas Explicativas

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Participações de acionistas não controladores

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	3.042	6.664
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	(1.985)	(8.171)
Participação nos lucros do período	<u>3.794</u>	<u>4.549</u>
Saldo final	<u>4.851</u>	<u>3.042</u>

f) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 3.421.883 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>1ª Outorga</u> <u>31/08/2010</u>	<u>2ª Outorga</u> <u>22/03/2011</u>	<u>3ª Outorga</u> <u>25/04/2012</u>
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045	1.524.074
Preço de período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

Notas Explicativas

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 30 de setembro de 2012, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$225 (R\$173 em 31 de dezembro de 2011).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>1ª Outorga</u>	<u>2ª Outorga</u>	<u>3ª Outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	-	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	-	(21.942)
Canceladas	<u>(17.553)</u>	-	-	<u>(17.553)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>646.269</u>	<u>1.212.045</u>	-	<u>1.858.314</u>
Outorgadas	-	-	1.524.074	1.524.074
Exercidas	<u>(225.429)</u>	<u>(139.447)</u>	-	<u>(364.876)</u>
Em 30 de setembro de 2012	<u>420.840</u>	<u>1.072.598</u>	<u>1.524.074</u>	<u>3.017.512</u>

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, foram exercidas 364.876 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$14,97 por ação.

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio de período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2012	12,72	474.452	4,42	2.097	11 meses
2013	13,12	855.470	7,36	6.296	23 meses
2014	13,12	855.470	9,07	7.759	35 meses
2015	14,03	684.030	6,15	4.207	47 meses
2016	13,92	<u>381.020</u>	2,79	<u>1.063</u>	<u>59 meses</u>
		<u>3.250.442</u>		<u>21.422</u>	

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Primeiro Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para

Notas Explicativas

planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados:(1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.

Em 30 de maio de 2012, o Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura aprovou o Segundo Programa de Recompra de Ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da EcoRodovias Infraestrutura, observados:(1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da EcoRodovias Infraestrutura; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 30 de maio de 2012.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 143.737.879 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 1.500.000 de ações ordinárias.
- A EcoRodovias Infraestrutura mantém em tesouraria 265.121 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 28 de setembro de 2012, de R\$17,65. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 28 de setembro de 2012 é de R\$4.679.

Notas Explicativas

26. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias dos Imigrantes

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter o reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a controlada direta Ecovias, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, através do Termo Aditivo e Modificativo "TAM" 08/2006, compensou, até 30 de novembro de 2011, vigência do referido termo, o valor de R\$241.659 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão.

Assim, a partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada direta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa.

27. RECEITA LÍQUIDA

Controladora (BR GAAP)	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receitas acessórias bruta (b) e de prestação de serviços (c)	<u>30.363</u>	<u>31.956</u>	<u>92.769</u>	<u>89.530</u>
Deduções de receita (PIS, Cofins e ISS) (d)	<u>(3.752)</u>	<u>(4.032)</u>	<u>(10.772)</u>	<u>(11.527)</u>
Receita líquida	<u>26.611</u>	<u>27.924</u>	<u>81.997</u>	<u>78.003</u>
Consolidado (IFRS e BR GAAP)	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	171.267	129.290	488.447	396.795
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	186.124	141.395	501.594	384.113
Vale-pedágio e pedágio em cupons	43.133	32.970	113.344	94.401
Outras	<u>412</u>	<u>262</u>	<u>1.655</u>	<u>816</u>
	<u>400.936</u>	<u>303.917</u>	<u>1.105.040</u>	<u>876.125</u>
Receita de construção	88.028	48.837	182.848	133.367
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	<u>16.000</u>	<u>21.697</u>	<u>50.091</u>	<u>56.790</u>
	<u>104.028</u>	<u>70.534</u>	<u>232.939</u>	<u>190.157</u>
Receita bruta	504.964	374.451	1.337.979	1.066.282
Deduções de receita (PIS, Cofins e ISS) (d)	<u>(39.562)</u>	<u>(22.470)</u>	<u>(109.384)</u>	<u>(63.962)</u>
Receita líquida	<u>465.402</u>	<u>351.981</u>	<u>1.228.595</u>	<u>1.002.320</u>

Notas Explicativas

- (a) Refere-se às receitas de prestação de serviços via pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.
- (d) A partir de 1º de dezembro de 2011, a controlada direta Ecovias não efetua a compensação do ISS com os valores de outorga fixa, vide nota explicativa nº26.

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

<u>Controladora (BR GAAP)</u>	Trimestre findo em		Trimestre findo em	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Pessoal	9.839	8.019	29.583	24.418
Conservação e manutenção	215	195	1.554	1.514
Serviços de terceiros	2.509	1.775	4.729	4.362
Locação e aluguéis	626	460	1.481	1.246
Depreciação e amortização	1.798	1.390	5.019	3.971
Outros custos operacionais	<u>1.410</u>	<u>864</u>	<u>3.170</u>	<u>2.523</u>
	<u>16.397</u>	<u>12.703</u>	<u>45.536</u>	<u>38.034</u>
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	<u>16.397</u>	<u>12.703</u>	<u>45.536</u>	<u>38.034</u>

<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>	Trimestre findo em		Trimestre findo em	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Pessoal	29.282	23.892	90.523	72.930
Conservação e manutenção	13.799	12.621	40.575	36.670
Serviços de terceiros (*)	20.535	12.188	52.491	35.399
Seguro	2.574	2.325	7.267	6.265
Provisão para manutenção	20.495	13.629	45.806	40.591
Custos com construção	88.028	48.837	182.848	133.367
Poder Concedente	9.865	12.234	27.167	33.851
Depreciação e amortização	39.046	27.038	111.273	78.710
Locações de imóveis e máquinas	2.639	2.106	7.919	6.159
Outros custos e despesas operacionais	<u>9.900</u>	<u>10.464</u>	<u>31.586</u>	<u>26.318</u>
	<u>236.163</u>	<u>165.334</u>	<u>597.455</u>	<u>470.260</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	212.437	149.449	531.598	425.950
Despesas gerais e administrativas	<u>23.726</u>	<u>15.885</u>	<u>65.857</u>	<u>44.310</u>
	<u>236.163</u>	<u>165.334</u>	<u>597.455</u>	<u>470.260</u>

- (*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções de R\$16.051, serviços de consultoria de R\$14.298, serviços de limpeza e vigilância de R\$5.252 e outros de R\$16.890.

Notas Explicativas**29. RESULTADO FINANCEIRO**

Controladora (BR GAAP)	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	696	5.680	9.023	15.692
Varição monetária sobre financiamentos	1.471	338	1.471	338
Juros sobre contrato de mútuos	<u>1.805</u>	<u>7.267</u>	<u>11.905</u>	<u>20.845</u>
	<u>3.972</u>	<u>13.285</u>	<u>22.399</u>	<u>36.875</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(5.078)	(16.320)	(28.819)	(50.844)
Varição monetária sobre debêntures	(4.368)	(1.436)	(6.697)	(7.477)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(534)	(534)	(1.601)	(1.601)
Outras despesas financeiras	<u>(212)</u>	<u>(44)</u>	<u>(1.327)</u>	<u>(122)</u>
	<u>(10.192)</u>	<u>(18.334)</u>	<u>(38.444)</u>	<u>(60.044)</u>
Resultado financeiro	<u>(6.220)</u>	<u>(5.049)</u>	<u>(16.045)</u>	<u>(23.169)</u>

Consolidado (IFRS e BR GAAP)	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	4.500	5.982	23.432	40.640
Varição monetária sobre financiamentos	182	2.844	3.347	2.844
Juros sobre contrato de mútuos	-	6.317	1.220	9.557
Outras receitas financeiras	<u>313</u>	<u>4</u>	<u>313</u>	<u>4</u>
	<u>4.995</u>	<u>15.147</u>	<u>28.312</u>	<u>53.045</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(20.867)	(34.918)	(77.205)	(104.651)
Juros sobre financiamentos	(5.422)	(4.846)	(17.733)	(19.567)
Varição monetária sobre debêntures	(16.335)	(7.067)	(37.106)	(38.517)
Varição monetária e ajuste a valor presente sobre direito de outorga	(3.218)	(1.925)	(8.064)	(7.550)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.106)	(1.552)	(3.322)	(3.202)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão	(2.774)	(2.266)	(7.188)	(6.432)
Outras despesas financeiras	<u>(1.975)</u>	<u>(1.921)</u>	<u>(5.763)</u>	<u>(3.148)</u>
	<u>(51.697)</u>	<u>(54.495)</u>	<u>(156.381)</u>	<u>(183.067)</u>
Resultado financeiro	<u>(46.702)</u>	<u>(39.348)</u>	<u>(128.069)</u>	<u>(130.022)</u>

Notas Explicativas**30. LUCRO POR AÇÃO**

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,22</u>	<u>0,25</u>	<u>0,61</u>	<u>0,68</u>

a) Lucro básico e diluído por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>121.215</u>	<u>97.924</u>	<u>334.324</u>	<u>266.776</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	<u>545.696</u>	<u>391.283</u>	<u>545.696</u>	<u>391.283</u>

31. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (“PLR”)

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a PLR foi de R\$3.516 (R\$3.164 em 30 de setembro de 2011), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

**32. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS
- CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)**

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures, detalhados nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18, deduzidos de caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações de acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 25.e).

Notas Explicativas

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas não apresentavam saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 95,8% e 106,0% do CDI, e refletem as condições de mercado no fim de cada período.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ao ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro: são classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

Notas ExplicativasÍndice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (a)	360.732	440.128	1.335.124	1.448.291
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(46.250)</u>	<u>(268.131)</u>	<u>(315.777)</u>	<u>(499.250)</u>
Dívida líquida	314.482	171.997	1.019.347	949.041
Patrimônio líquido (b)	1.287.824	857.341	1.292.675	860.383
Índice de endividamento líquido	<u>0,24</u>	<u>0,20</u>	<u>0,79</u>	<u>1,10</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16, nº 17 e nº 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2012 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	14.107	14.107
Clientes e Clientes partes relacionadas			
(a)	Empréstimos e recebíveis	86.905	86.905
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	301.670	301.670
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	38.980	38.980
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	256.651	260.612
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	484	484
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	1.077.989	1.098.262
Credor pela concessão (e)	Outros passivos financeiros	70.062	84.814

(a) O saldo de clientes e fornecedores possui prazo de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo no fim de cada período.

(c) Calculado por meio do fluxo de caixa descontado, de acordo com as taxas indicativas BMF do dia 28/09/2012, com base nas parcelas a vencer.

Notas Explicativas

- (d) Calculado por meio das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme o preço unitário - PU, atualizado em 30 de setembro de 2012.
- (e) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Credor pela concessão”.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresenta termos e condições padrão, que são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes que são remunerados por taxas de juros variáveis e que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$77.572 (R\$58.359 em 31 de dezembro de 2011), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Outras contas a receber”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora direta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	17.158	16.350	15.555	73.685
Capital de giro	109,0% do CDI	124.761	-	-	-
Capital de giro	CDI + 2,032% a.a.	25.162	14.723	7.015	-
Arrendamento mercantil					
financeiro	16,71% a.a.	323	-	-	-
Credor pela concessão	IGP-M	17.757	2.388	12.202	37.715
Debêntures	104 % do CDI	37.185	17.543	-	-
Debêntures	CDI + 1,50% a.a.	197.275	-	-	-
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	114.646	109.336	57.501	-
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	50.307	49.860	54.709	758.274
Debêntures	IPCA + 8,75% a.a.	240.066	71.621	70.491	35.191

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratadas pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures – Ecovias	Alta do CDI	3.435	3.846	4.252
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures – Ecovias	Alta do IGP-M	29.629	32.658	33.431
Juros sobre a 1ª séries das debêntures – EcoRodovias	Alta do CDI	12.975	14.403	15.692
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures – EcoRodovias	Alta do IPCA	5.011	5.266	5.523
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures - Ecopistas	Alta do IPCA	1.142	1.217	1.293
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	25.283	25.901	26.591
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	6.716	7.831	8.933

Notas Explicativas

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de 12 meses a partir da data do encerramento do trimestre, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	7,71 %	9,64 %	11,56 %
IGP-M (b)	6,42 %	8,09 %	9,78 %
IPCA (c)	5,40 %	6,79 %	8,19 %
TJLP (d)	5,50 %	6,87 %	8,25 %

(a) Refere-se à taxa do CDI projetado para 12 meses

(b) Refere-se à taxa do IGP-M projetado para 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA projetado para 12 meses.

(d) Refere-se à taxa da TJLP projetado para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercados foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

33. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro-garantia	R\$583 milhões
Equipamentos	R\$1,9 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R\$1.606 milhões
“All Risk” - patrimoniais e danos materiais	R\$6.205 milhões
Seguro - sede	R\$5 milhões
“All Risk” - perda de receita	R\$1.627 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - risco de engenharia	R\$171 milhões

34. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até a Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, incluindo as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- (iii) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o fim do contrato.
- (iv) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R\$10 mensais até o 11º ano e de R\$11 mensais do 12º ano ao fim do contrato.
- (v) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

Notas Explicativas

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia Caminho do Mar foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receita de construção	19.031	17.100
Custos de construção	<u>(19.031)</u>	<u>(17.100)</u>
	=====	=====
	-	-

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia Caminho do Mar não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, por meio do TAM nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

Notas Explicativas

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias dos Imigrantes foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receita de construção	43.017	47.333
Custos de construção	<u>(43.017)</u>	<u>(47.333)</u>
	=====	=====

Em 30 de setembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias dos Imigrantes estão estimados em R\$426.125 (R\$450.163 em 31 de dezembro de 2011).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor a partir da autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes que condicionou a sua aplicação a partir de 1º/07/2013.

Notas Explicativas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no fim da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e fim do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e fim do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e fim do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e fim do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e fim do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviários S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, esta será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

Notas Explicativas

- a) Prorrogação do prazo de concessão.
- b) Revisão tarifária.
- c) Revisão do cronograma de investimentos.
- d) Utilização do ônus fixo.
- e) Emprego de verbas do tesouro.
- f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos para a Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim; porém, os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receita de construção	80.173	45.160
Custos de construção	<u>(80.173)</u>	<u>(45.160)</u>
	=====	=====

Em 30 de setembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R\$270.685(R\$329.633 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão (km)</u>
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do período de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.
- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Receita de construção	21.237	23.773
Custos de construção	<u>(21.237)</u>	<u>(23.773)</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 30 de setembro de 2012, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R\$46.210 (R\$70.475 em 31 de dezembro de 2011).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do período.

Notas Explicativas

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pelo Grupo EcoRodovias, com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de setembro de 2012, a parcela reajustada é de R\$216.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

Notas Explicativas

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/09/2012</u>
Receita de construção	19.390
Custos de construção	<u>(19.390)</u>
	<u> -</u>

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Conforme a nota explicativa nº 4.b, em 30 de março de 2012, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela Ecorodovias Concessões e Serviços.

35. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e suas controladas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas contribuíram com o montante de R\$695 (R\$265 em 30 de setembro de 2011), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

36. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA CAMINHO DO MAR E ECOCATARATAS

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. O prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021.

A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados judicialmente e estão vigentes.

Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam por meio de ações judiciais terem reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os respectivos contratos de concessão. Caso reconhecido, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos.

Diante da nova administração estadual as concessionárias estão atualmente em processo de revisão contratual. Para possibilitar as tratativas foram formulados pleitos conjuntos de suspensão das ações judiciais que discutem o contrato, em sua maioria já deferidos.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões são tomadas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas**38. INFORMAÇÕES ADICIONAIS - TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)**

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a seguinte transação não envolveu o fluxo de caixa:

- a) Adições ao imobilizado de juros capitalizados no valor de R\$646 (R\$400 em 30 de setembro de 2011).

39. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os principais saldos das controladas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são conforme segue:

	30.09.2012								
	<u>Ecorodovias</u>		<u>Ecocataratas</u>						
	<u>Concessões</u>	<u>Ecopistas</u>	<u>(*)</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovia</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo									
Circulante	290.967	42.554	31.146	186.526	32.476	51.535	635.204	(238.194)	397.010
Não circulante	<u>1.378.785</u>	<u>862.293</u>	<u>461.334</u>	<u>999.648</u>	<u>123.700</u>	<u>127.614</u>	<u>3.953.374</u>	<u>(1.272.609)</u>	<u>2.680.765</u>
Total	<u>1.669.752</u>	<u>904.847</u>	<u>492.480</u>	<u>1.186.174</u>	<u>156.176</u>	<u>179.149</u>	<u>4.588.578</u>	<u>(1.510.803)</u>	<u>3.077.775</u>
Passivo e Patrimônio Líquido									
Circulante	273.731	180.893	94.037	400.056	79.268	107.713	1.135.698	(294.201)	841.497
Não circulante	108.197	489.523	67.075	237.238	28.386	13.476	943.895	(292)	943.603
Patrimônio líquido	<u>1.287.824</u>	<u>234.431</u>	<u>331.368</u>	<u>548.880</u>	<u>48.522</u>	<u>57.960</u>	<u>2.508.985</u>	<u>(1.216.310)</u>	<u>1.292.675</u>
Total	<u>1.669.752</u>	<u>904.847</u>	<u>492.480</u>	<u>1.186.174</u>	<u>156.176</u>	<u>179.149</u>	<u>4.588.578</u>	<u>(1.510.803)</u>	<u>3.077.775</u>
Demonstração do Resultado:									
Receita líquida	81.997	228.692	133.289	588.977	123.662	155.755	1.312.372	(83.777)	1.228.595
Lucro bruto	36.461	92.292	60.353	374.095	73.128	94.093	730.422	(33.425)	696.997
Lucro operacional	340.415	32.519	38.276	282.915	57.347	75.016	826.488	(323.582)	502.906
Lucro do exercício	<u>334.324</u>	<u>21.440</u>	<u>25.874</u>	<u>192.256</u>	<u>37.942</u>	<u>49.862</u>	<u>661.698</u>	<u>(323.580)</u>	<u>338.118</u>
31.12.2011									
	<u>Ecorodovias</u>		<u>Ecocataratas</u>						
	<u>Concessões</u>	<u>Ecopistas</u>	<u>(*)</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecosul</u>	<u>Ecovia</u>	<u>Subtotal</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo									
Circulante	481.314	123.681	-	112.951	21.088	31.490	770.524	(203.347)	567.177
Não circulante	<u>960.485</u>	<u>780.581</u>	-	<u>1.007.844</u>	<u>111.906</u>	<u>115.717</u>	<u>2.976.533</u>	<u>(794.639)</u>	<u>2.181.894</u>
Total	<u>1.441.799</u>	<u>904.262</u>	=	<u>1.120.795</u>	<u>132.994</u>	<u>147.207</u>	<u>3.747.057</u>	<u>(997.986)</u>	<u>2.749.071</u>
Passivo e Patrimônio Líquido									
Circulante	335.912	238.005	-	408.240	64.660	102.794	1.149.611	(348.415)	801.196
Não circulante	248.546	453.312	-	340.072	37.918	15.717	1.095.565	(8.072)	1.087.492
Patrimônio líquido	<u>857.341</u>	<u>212.945</u>	=	<u>372.483</u>	<u>30.416</u>	<u>28.696</u>	<u>1.501.881</u>	<u>(641.498)</u>	<u>860.383</u>
Total	<u>1.441.799</u>	<u>904.262</u>	=	<u>1.120.795</u>	<u>132.994</u>	<u>147.207</u>	<u>3.747.057</u>	<u>(997.985)</u>	<u>2.749.071</u>
30.09.2011									
Demonstração do Resultado:									
Receita líquida	78.003	180.832	-	556.865	119.340	133.796	1.068.836	(66.516)	1.002.320
Lucro bruto	39.969	83.349	-	336.511	64.381	78.320	602.530	(26.160)	576.370
Lucro operacional	272.284	22.747	-	250.460	51.923	63.291	660.705	(258.896)	401.809
Lucro do exercício	<u>266.776</u>	<u>14.993</u>	=	<u>170.842</u>	<u>34.379</u>	<u>42.120</u>	<u>529.110</u>	<u>(258.896)</u>	<u>270.214</u>

(*) A Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas foi incorporada pela Companhia em 30 de março de 2012.

Notas Explicativas

40. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 30 de outubro de 2012, a Companhia, através de comunicado ao mercado, publicou anúncio de encerramento da segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em três séries, em regime de garantia firme, sob a forma escritural, nominativa, sem a emissão de cautelas ou certificados representativos das Debêntures, no valor total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), não havendo cláusulas de repactuação.

As datas de vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª série são, respectivamente, 15 de outubro de 2018, 15 de outubro de 2019 e 15 de outubro de 2022.

41. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de novembro de 2012.
